

PARI	ECER	N^{o}	/2017

Da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei (PLO) n.º 252/2017, que: "INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO MOVIMENTO CULTURAL HIP HOP E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."; pela APROVAÇÃO c/emenda.

RELATÓRIO

A Comissão de Legislação e Justiça recebeu para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei (PLO) nº 252/2017, de autoria da vereadora Natália de Menudo, nos termos do art. 113 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife. O vereador Aerto Luna foi designado como relator.

O projeto de lei institui a Semana Municipal do Movimento Cultural Hip Hop e dá outras providencias.

Em 14/08/2017, o projeto de lei foi apresentado em reunião plenária, em regime **ORDINÁRIO** de tramitação (*art. 31, §2º da LOMR* e *art. 284, II do RICMR*) e, encaminhado às Comissões Legislativas. O prazo regimental de emendas iniciou em 15/08/2017 e encerrou em 28/08/2017 (*art. 288, "caput" do RICMR*). A proposição não recebeu emenda.

Vem, agora, à Comissão de Legislação e Justiça para ser apreciado em seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos (*art. 287, I, "a" do RICMR*). É o que importa relatar.

ANÁLISE



Quanto à legalidade, a competência do Município para legislar sobre a matéria encontra amparo no art. 6°, I, da LOMR¹ e no art. 30, inciso I da Constituição Federal. Já iniciativa parlamentar tem fundamento no art. 26, da LOMR².

Registre-se, por oportuno, que o ordenamento legislativo municipal já possui lei instituindo a semana Cultural do Hip Hop. Trata-se da Lei Municipal nº 17.697 de 2011 – que INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO MOVIMENTO CULTURAL DO HIP HOP E MANGUE BEAT. O art. 5º do PLO 252/17 propõe a revogação da Lei 17.697/11.

Em consulta ao **SAPL – Sistema de Processo Legislativo**, constatou-se que também tramita nesta Casa Legislativa o **PLO nº 15/17** – que Institui a Semana Municipal do Movimento Cultural Mangue Beat e dá outras providências.

Da análise conjunta dos **PLO's nº 15/17** e **252/17**, ambos da autoria da **ver. Natalia de Menudo**, constata-se que a pretensão da vereadora caminha no sentido de distinguir as datas comemorativas dos Movimentos Hip Hop e Mangue Beat, haja vista as particularidades e características próprias de cada um dos movimentos. Leia-se, por importante, a justificativa que compõe o PLO 252/17:

"A propositura em apreço também revoga a Lei Municipal nº 17.697, de 15 de abril de 2011, que institui a Semana Municipal do Movimento Cultural do Hip Hop e Mangue Beat, oriunda do exvereador Estéfano Menudo. A revogação foi motivada pela necessidade de separação das datas de comemoração dos movimentos hip hop e mangue beat, como também de algumas particularidades que envolvem as manifestações artísticas e culturais. A reivindicação de reapresentação de novas propostas foi feita por membros que compõem o movimento hip hop." (Grifos nossos)

¹ Art. 6, I da LOMR – "Compete ao Município: I - legislar sobre assuntos de interesse local;"

² Art. 26 da LOMR – "A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, <u>a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal</u> e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, observado o disposto nesta Lei Orgânica."



Sob a justificativa de respeitar as particularidades da cada um dos movimentos, a nobre vereadora propõe que a **Semana Municipal do Movimento Cultural do Mangue Beat** seja comemorada na **primeira semana de fevereiro** (objeto do PLO 15/2017). Enquanto que a **Semana Municipal do Movimento Cultural Hip Hop** passa a ser comemorada na **segunda semana de novembro** (objeto do PLO 252/17). Neste sentido, inexiste óbice à tramitação do PLO 252/17.

Por outro lado, entendo que <u>os artigos 3º e 4º do projeto invadem o regime</u> jurídico das políticas públicas, cuja iniciativa, é reservada ao Poder Executivo. Da leitura dos referidos dispositivos infere-se que <u>a proposta institui política pública municipal e cria o Fórum Metropolitano do Hip Hop do Recife</u>. Tais dispositivos contrariam o Princípio da Independência e Harmonia entre os Poderes e incorrem em <u>Vício de Inconstitucionalidade Formal</u>, nos termos dos artigos 54, VI, a, da Lei Orgânica Municipal e do art. 61, 1º, "b" e art. 84, IV da Constituição Federal. Leia-se:

LOMR

"Art. 54 - Compete privativamente ao Prefeito:

VI - dispor mediante decreto sobre: (alterado pela Emenda nº 21/07)

 a) organização e funcionamento da administração municipal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (acrescido pela Emenda nº 21/07)"

CF/88

"Art. 61, § 1º: São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

[...]

b) <u>organização administrativa</u> e judiciária, matéria tributária e orçamentária, <u>serviços públicos</u> e pessoal da administração dos Territórios;" (Grifos nossos)

CF/88

- "Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:
- a) <u>organização e funcionamento da administração federal</u>, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Grifos nossos)



Do exposto, no intuito de adequar o projeto de lei aos seus propósitos, no âmbito da **Comissão de Legislação e Justiça**, com os poderes que lhe confere o **inciso III, do art. 104 do RICMR**, propõe a seguintes **Emendas**:

EMENDA MODIFICATIVA AO PLO 252/2017

Ementa: Modifica a redação do art. 3º do PLO 252/2017.

"Art. 1° - Modifique-se a redação do art. 3° do PLO 252/2017, que passa a ter seguinte redação:

Art. 3º A Semana Municipal do Movimento Cultural Hip Hop deve ser comemorada com a realização de debates, palestras e conscientização sobre a importância cultural que o movimento representa para o Brasil." (NR)

EMENDA SUPRESSIVA AO PLO 174/2017

Ementa: Suprime redação do art. 4º do PLO 252/2017, renumerando-se os demais.

"Art. 1º - Fica suprimida a redação do art. 4º do PLO 252/2017, renumerando-se os demais."

Pelo exposto, opino pela APROVAÇÃO do PLO 252/2017, com a redação contida nas Emendas Modificativa e Supressiva. Por fim, considerando que tanto o PLO nº 15/17 quanto o PLO nº 252/17 têm a pretensão de revogar a Lei Municipal nº 17.697 de 2011, ressalvo que as proposições deverão ser apreciadas em conjunto, em razão do disposto no art. 305 do RICMR³.

³ Art. 305 do RICMR. "Coincidindo a apresentação de mais de uma proposição versando sobre o mesmo assunto, serão elas apreciadas em conjunto, considerado como autor o subscritor principal daquela que tiver numeração mais baixa e os demais como seus subscritores."



DO VOTO

Conforme o exposto, votamos pela APROVAÇÃO do PLO 252/2017, com a redação contida nas Emendas Modificativa e Supressiva.

É o parecer.

Recife, 18 de junho de 2018.

AERTO LUNA Relator

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

Do exposto, opina a Comissão de Legislação e Justiça pela **APROVAÇÃO do PLO 252/2017, com a redação contida nas Emendas Modificativa e Supressiva**, ressalvada a análise conjunta do PLO nº 15/17, em razão do disposto no art. 305 do RICMR, haja vista que ambas as proposições têm a pretensão de revogar a Lei Municipal nº 17.697 de 2011.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 18 de junho de 2018.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

AERTO LUNA Presidente



ERIBERTO RAFAEL ALMIR FERNANDO Vice-Presidente Membro Efetivo

MARÍLIA ARRAES WANDERSON FLORÊNCIO

Membro Efetivo Membro Efetivo

AMARO CIPRIANO MAGUARI RENATO ANTUNES
Membro Suplente Membro Suplente

ROMERO ALBUQUERQUE Membro Suplente